

# ERNESTO GEISEL: O GENERAL DA “ABERTURA”?

PEDRO ERNESTO FAGUNDES<sup>1</sup>

Resumo: Nossa meta é analisar as narrativas sobre o processo de transição democrática no Brasil. Analisaremos os trabalhos que tratam da participação de diferentes segmentos da sociedade nos debates, principalmente, sobre a Anistia. Destaque para as disputas de narrativas em torno do general Ernesto Geisel.

Palavras-chave: Ernesto Geisel; Anistia; Ditadura Militar.

Abstract: Our goal is to analyze the narratives about the process of democratic transition in Brazil. We will analyze the works that deal with the participation of different segments of society in the debates, mainly on Amnesty. Highlight for the disputes of narratives around the general Ernesto Geisel.

Keywords: Ernesto Geisel; Amnesty; Military dictatorship.

---

<sup>1</sup>. Professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS).

## Ernesto Geisel: um documento indiscreto

O Brasil teve um reencontro, em 10 de maio de 2018, com uma das figuras mais controversas da sua história recente. Nessa data, Matias Spektor, pesquisador e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), divulgou numa rede social um memorando proveniente do Departamento de Estado dos EUA. O autor do escrito foi William Colby, diretor da Agência Central de Inteligência (CIA).

O documento descrevia uma reunião, realizada em maio de 1974, entre o general Ernesto Geisel, recém empossado na presidência, com integrantes da cúpula da Comunidade de Informação. Entre os presentes dois personagens centrais dos órgãos de repressão: os generais João Batista Figueiredo e Confúcio Danton de Paula Avelino, que na época, atuavam respectivamente, na chefia do Serviço Nacional de Informação (SNI) e no Centro de Informações do Exército (CIE).

A reunião poderia ser mais um encontro rotineiro entre os dirigentes do governo militar. Contudo, para muitos setores da sociedade, em especial os meios de comunicação, o teor das tratativas dos militares apresentou informações consideradas “chocantes”. Em parte, porque o documento da CIA, divulgado por Spektor, fez referência a uma prática recorrente utilizada pelas forças de segurança no enfrentamento dos opositores do regime: as execuções sumárias.

A leitura do documento permite algumas reflexões sobre dois importantes aspectos que marcaram o início do mandato do general Ernesto Geisel (1974-1979). O primeiro, Geisel tinha pleno conhecimento dos mecanismos utilizados pelos órgãos de repressão contra os guerrilheiros, inclusive às citadas execuções sumárias. O segundo aspecto, mas não menos perturbador, o general-presidente teria solicitado que todas as execuções, a partir daquele momento, deveriam acontecer apenas após sua anuência.

Apesar de relatos sobre Geisel conhecer as ações repressivas serem notórias, como aponta Elio Gaspari em suas obras, a informação de Matias Spektor causou um grande impacto. Tanto que, a postagem de Spektor foi compartilhada e comentada por milhares de pessoas. Horas depois, estava nos principais sites de notícias e programas jornalísticos da televisão.

Mas qual seria a justificativa para tamanha repercussão? Nesse texto pretendemos indicar que uma das possíveis repostas para essa questão é a maneira como, nas últimas décadas, a imagem do general Geisel foi reconstruída pela chamada grande imprensa, no geral, e nas obras escritas pelo jornalista Elio Gaspari, em especial. Entretanto, antes iremos contextualizar os fatos que marcaram o governo de Ernesto Geisel.

O governo Geisel

Após quase uma década no poder, o governo militar, implantado após o golpe

de 1964, apresentou os primeiros sinais do esgotamento. Nessas circunstâncias, em 15 de março de 1974, o general Ernesto Beckmann Geisel foi empossado na Presidência da República. Essa época foi marcada por inúmeras crises políticas e econômicas.

Entre esses episódios, podemos citar: o resultado das eleições de 1974 – amplamente favorável para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); o fim do chamado “Milagre Brasileiro” e consequentes desdobramentos no âmbito econômico, como o crescimento da inflação; as constantes denúncias de casos de tortura, morte e desaparecimento – com destaque para o caso do jornalista Vladimir Herzog.

Em 25 de outubro de 1975, após comparecer voluntariamente para prestar esclarecimentos nas dependências do Departamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), localizado na capital de São Paulo, o então diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, Vladimir Herzog, foi encontrado morto, supostamente enforcado, em sua cela nas dependências do 2º Exército, na mesma cidade. As forças de segurança alegaram que o jornalista cometeu suicídio. Entretanto, essa versão não foi aceita pelos familiares e colegas de Herzog. Seu velório e, especialmente, e um culto ecumênico em sua memória transformou-se num dos momentos mais significativos da redemocratização brasileira.

Na tentativa de contornar e controlar as “tensões da Abertura”<sup>2</sup>, a cúpula militar deu início a uma série de articulações visando uma distensão “lenta, controlada e segura”. Nesse sentido, o primeiro movimento do Governo Militar ocorreu logo após a posse de Geisel. Entretanto, segundo Kinzo (1988), esse momento de “Distensão” foi marcado por uma “Abertura Controlada”.

Para garantir seu “[...] projeto de distensão política gradual e segura”, o governo Geisel precisou manobrar para barrar dois focos de resistência. Em primeiro lugar, procurou neutralizar as forças civis, em especial o MDB, para manter sob a direção do governo o ritmo e, principalmente, a velocidade das iniciativas da distensão. Um segundo foco de resistência, mais “doméstica”, estava nas Forças Armadas. Na interpretação da autora, o desafio era monitorar os setores militares ligados ao aparato repressivo, também chamado de “linha dura”.

A atuação da cúpula militar como o “ator principal” no projeto político da “Abertura” é destacada pela memória dos próprios participantes dos governos dos generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). Segundo esses militares que atuaram no governo, o sucesso da abertura política – apesar da interferência inoportuna dos líderes civis – deveu-se à atuação da dupla Ernesto Geisel/Golbery do Couto e Silva. Ainda a partir dessa versão, ambos teriam coordenado

---

2. KINZO, Maria D’alva G. Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice; Editora dos Tribunais, 1988, p. 184.

a disputa contra a chamada “linha dura” dos militares e devolveram à sociedade civil o Estado de Direito.

Para esses militares, na análise D’aráujo (1995), as tarefas fundamentais do projeto foram desencadeadas, coordenadas e controladas por cima, sem a intervenção dos grupos civis, nem mesmo de parlamentares da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Assim, do ponto de vista dos atores militares, pretendeu-se claramente um processo de abertura “lento e seguro” e conduzido pelo alto, do qual estariam excluídas as forças de oposição (D’ARAÚJO, 1995). O símbolo máximo dessa manobra foi a demissão, em 12 de outubro de 1977, do general Sylvio Frota, ministro da Guerra e principal quadro militar da chamada “linha dura”. Essa foi a mais importante manobra realizada pelo General Ernesto Geisel para garantir seu projeto de “distensão gradual e segura: o controle absoluto sobre a sucessão presidencial.”<sup>3</sup>

Com esse movimento, o general Geisel conseguiu atingir seu objetivo central: tornar o general João Batista Figueiredo, seu candidato previamente escolhido, único sucessor na disputa presidencial. Ao mesmo tempo, o governo dominou possíveis reações dos militares da chamada “linha dura”. Em síntese, na perspectiva de Kinzo (1988), a partir de medidas excepcionais e de um estilo autoritário, Geisel obteve sucesso em seu projeto de “distensão política gradual e segura”, sobretudo por que soube neutralizar todas as fontes de pressão.<sup>4</sup>

Contudo, nesse mesmo contexto a campanha pela Anistia ganhou mais visibilidade entre 1975 e 1979. A campanha pela Anistia agregou diferentes setores da sociedade em torno de uma reivindicação que, momentaneamente, unificou a oposição à ditadura. É possível afirmar que na primeira linha das entidades que compuseram os movimentos pela Anistia estavam o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), os Comitês de exilados no exterior, o “Comitê 1º de maio pela Anistia”, as entidades estudantis e, a partir de 1978, o Comitê Brasileiro da Anistia (CBA).

Sem estabelecer gradações ou nivelamentos em relação as entidades citadas acima, podemos afirmar que todas – ressalvadas sempre suas particularidades e dessemelhanças – foram legítimas protagonistas da campanha pela Anistia. Apesar de reconhecer que os primeiros clamores por anistia surgiram no imediato pós-golpe de 1964, foi a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em 1975, que efetivamente representou o início da primeira onda de mobilizações das militantes nas atividades em torno dessa palavra de ordem.

Outro importante fator agregador dessa fase das mobilizações foram as

---

3. KINZO, Maria D’alva G. Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice; Editora dos Tribunais, 1988, p. 184.

4. KINZO, Maria D’alva G. Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice; Editora dos Tribunais, 1988, p. 221.

atividades em conjunto, a partir do ano de 1976, que reuniram dirigentes do MFPA e de comitês de solidariedade e de anistia no exterior, sobretudo, em Portugal e na França. Dessa forma, nesse momento inicial as atividades das militantes do MFPA – no âmbito interno – e os comitês pela anistia criados pelos brasileiros exilados em diversos países da Europa – no âmbito externo – conseguiram estabelecer ações e iniciativas em conjunto no sentido de ampliar esses clamores iniciais sobre a temática que, até então estava restrita a pauta do Governo Militar e aos familiares dos atingidos pela repressão.

O ano de 1977 representou outro momento fundamental nas mobilizações pela Anistia. Essa data marcou a efetiva entrada em cena dos militantes do movimento estudantil na campanha, principalmente após as massivas manifestações estudantis de maio daquele ano. Os estudantes ocuparam posição de destaque nas manifestações em defesa das “Liberdades Democráticas”. O surgimento do “Comitê 1º de Maio pela Anistia” e da chamada Comissão Pró-UNE foram momentos fundamentais para transformar a pauta da Anistia numa bandeira de mobilização de diferentes seguimentos da sociedade brasileira.

Outro marco nas mobilizações em favor da Anistia foi o surgimento, em fevereiro de 1978, do CBA. Em agosto de 1979, foi aprovada a Lei nº 6683/79, no Congresso Nacional. Em seguida foram realizadas a reforma partidária que, através da Lei nº 6767/79 (de 20/12/1979), permitiu o retorno do pluripartidarismo e, principalmente, eleições gerais – exceto para presidente – em 1982.

Encerrando o período dos militares no poder, em 1985, Tancredo Neves foi eleito para o cargo de Presidente da República – mesmo que ainda através do voto indireto no Colégio Eleitoral. Após os 21 anos de ditadura, um civil voltou a ocupar esse posto. Durante a presidência de José Sarney (1985-1990), que tomou posse definitivamente após a morte de Tancredo Neves, ocorreram eleições em 1986 para a escolha da Assembleia Constituinte. A promulgação da chamada “Constituição Cidadã”, em 05 de outubro de 1988, fechou o ciclo da redemocratização brasileira.

O ano de 1990 foi marcado pela posse de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito diretamente desde 1960. O mandato do presidente Collor foi abreviado após sua renúncia, em dezembro de 1992, em meio a um inédito processo de impeachment. Os governos seguintes, de Itamar Franco (1992-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), notabilizaram-se por ações no campo econômico. O objetivo era controlar a crise inflacionária, uma das heranças perversas da ditadura militar brasileira.

Assim, o contexto memorial da primeira década após o fim da ditadura militar foi marcado por uma condenação pública do passado autoritário brasileiro, especialmente, nos casos relacionados à tortura e aos desaparecimentos forçados. Nos

meios de comunicação, na comunidade acadêmica, na literatura e no cinema surgiram obras que procuraram expor as graves violações dos direitos humanos cometidos em nome da “lei e da ordem”.

Ainda durante a década de 1990, diante do panorama memorial claramente desfavorável, como destacam diversos ex-integrantes da cúpula dos governos militares, alguns antigos oficiais começaram a apresentar sua “versão da história” através de entrevistas e publicações. Provavelmente incomodados com os efeitos dessa derrota na disputa pela narrativa do passado, esses militares procuraram defender seu legado. Em 12 de setembro de 1996, em plena fase de “disputa pelo passado”, o general Ernesto Geisel faleceu, aos 88 anos. Na ocasião, como sublinhou Napolitano (2014), os maiores veículos de imprensa do país tentaram destacar os aspectos positivos da memória do governo Geisel. Paradoxalmente, o falecimento do general-ditador serviu, segundo essas matérias, para demarcar o ressurgimento de Geisel como um “estatista” dotado de um espírito “democrático”. Podemos indicar como exemplos da construção da “memória positiva” sobre o governo Geisel as manchetes de três dos mais importantes e tradicionais jornais brasileiros: Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil.

As três publicações destacam o falecimento de Ernesto Geisel em suas primeiras páginas. No geral, as linhas editoriais adotadas assumiram um teor apologético, tais como:

Geisel, que fez a abertura, morre aos 88 anos. (Folha de São Paulo, pg. 1, 13 de setembro de 1996) Morre Geisel, o patrono da distensão.  
(O Globo, pg. 1, 13 de setembro de 1996) Morre Ernesto Geisel, o ditador da abertura. (Jornal do Brasil, pg. 1, 13 de setembro de 1996)

Sobressai nas manchetes da grande imprensa o uso recorrente de expressões que reforçam a associação da figura de Ernesto Geisel com o restabelecimento da democracia. Refiro-me aos termos “abertura” e “distensão” utilizados como sinônimos de redemocratização do país. Nos textos dos jornais, literalmente, Geisel é “consagrado” como o “patrono” que “fez” a “abertura”.

Contudo, como focalizaremos a seguir, esse movimento de “reabilitação” da imagem de Geisel foi intensificado no início da década de 2000. Nessa época, o jornalista Elio Gaspari começou a publicar os primeiros livros de uma série que tinha como pano de fundo a ditadura militar brasileira. Mas, como protagonistas Ernesto Geisel e seu ministro Golbery do Couto e Silva.

A consagração de Geisel: o sacerdote, na visão do jornalista Nos livros, o ex-presidente Ernesto Geisel e seu ministro Golbery do Couto e Silva são chamados pelo autor, respectivamente, de “sacerdote” e “feiticeiro”. Como jornalista, durante os anos 1970, o autor trabalhou na cobertura do cotidiano político-administrativo do Palácio

do Planalto. Nesse período, manteve uma relação próxima com Golbery do Couto e Silva e Heitor Aquino Ferreira, um dos principais assessores do ministro Golbery. Anos depois, ambos cederam a Elio Gaspari acesso privilegiado a documentos oficiais, agendas pessoais, áudios e documentos dos órgãos da Comunidade de Informação. Ademais, com as controvérsias em relação ao acesso privilegiado do autor às fontes documentais, o jornalista reuniu, ainda, inúmeras horas de entrevistas com os dois personagens centrais de seus livros: Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. De posse desse material, Elio Gaspari, por meio de uma narrativa refinada, reconstruiu os episódios mais importantes da ditadura militar brasileira. Aliás, nos anos seguintes, essas publicações se tornaram referência obrigatória entre os especialistas da temática e, ao mesmo tempo, um sucesso editorial. Na obra que inaugurou a coleção, *A Ditadura Envergonhada*, o jornalista ítalo-brasileiro concentrou seus esforços em apresentar o panorama político dos principais acontecimentos que marcaram os anos iniciais da ditadura.

Já *A Ditadura Escancarada* enfoca os acontecimentos a partir da edição do Ato Institucional nº 5, em 1968. Como foi dito, o autor reproduziu diálogos até então inéditos sobre a reunião entre o presidente Costa e Silva (1967-1969) e seus ministros para debater os termos da medida. A partir de gravações da discussão, chamada de “missa negra” pelo autor, essa reunião culminou no mais notório dos atos institucionais. Pouco depois, o autor lançou os livros que analisaram os principais acontecimentos do governo do General Geisel. São eles o livro *A ditadura Derrotada*, de 2003, e *A Ditadura Encurralada*, lançado em 2004. Ambos compõem o segundo volume da coleção *O Sacerdote e o Feiticeiro*. Como o nome da coleção indica, as obras abordam questões sobre as biografias de Geisel e Golbery. Os principais acontecimentos do governo de Ernesto Geisel (1974-1979) foram o tema central de *A Ditadura Encurralada*, terceira obra da série. Os desdobramentos das eleições de 1974, com expressiva vitória do MDB, são tratados no início do livro. Outro tema analisado foram os desencontros nas relações entre o governo Geisel e a nova política de direitos humanos de Jimmy Carter (1977-1981), na época, ocupando o cargo de presidente dos Estados Unidos. Outro ponto de destaque nesse volume são os episódios que marcaram os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manoel Fiel Filho, respectivamente em outubro de 1975 e janeiro de 1976, nas dependências do DOICODI de São Paulo. O autor indica que a repercussão negativa, sobretudo da morte de Herzog, foi um evento determinante para definir o enfrentamento entre Ernesto Geisel e a chamada “linha-dura”. A demissão do general Sylvio Frota – ministro do Exército e postulante a sucessor presidencial – foi narrada pelo autor como uma verdadeira disputa de xadrez: lance a lance. Para Gaspari, a vitória ou, melhor dizendo, o xeque-mate de Geisel na

disputa contra os frotistas foi fundamental para definir a sucessão presidencial – com a escolha do general João Baptista Figueiredo como candidato do Palácio do Planalto – e, ao mesmo tempo, para garantir o ritmo da distensão política. O autor também apresentou os efeitos da chamada “Lei Falcão” e do “Pacote de Abril”, respectivamente, em 1976 e 1977. A Lei nº 63339/76, mais conhecida como “Lei Falcão” – uma alusão a Armando Falcão, Ministro da Justiça da época – foi uma manobra do governo Geisel para impedir o crescimento eleitoral do MDB. Ainda sobre o impacto da massiva votação da oposição, nas eleições de 1974, essa mudança nas

regras eleitorais pretendia limitar o acesso a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Em 1977, o governo militar remeteu uma série de propostas de reformas para aprovação no Congresso Nacional. Entretanto, os membros do Poder Legislativo reagiram às tratativas do governo militar em aprovar tais reformas. Diante dos impasses com o Congresso Nacional, em 1º de abril de 1977, através do Ato Complementar n.º 102, o governo militar colocou o Congresso Nacional em recesso. O general Geisel baixou ainda uma série de atos constitucionais e decretos-lei que ficaram genericamente conhecidos como “Pacote de Abril”. Essas medidas significaram a imposição das almeçadas reformas políticas e judiciárias.

As duas medidas pretendiam frear o crescimento eleitoral da oposição no parlamento e retomar o controle sobre o Poder Legislativo. Entretanto, se no campo institucional a cúpula do Governo Geisel obteve êxito, como destaca Elio Gaspari, o mesmo não ocorreu em relação a outros setores da oposição, em especial, os militantes estudantis. As manifestações estudantis de 1977 são outro tema abordado pelo autor. Para tratar desses acontecimentos protagonizados pelos estudantes, Elio Gaspari dedicou um capítulo inteiro às manifestações estudantis. Com o sugestivo título “A geração de 1977 vai para a rua”, esse trecho apresentou as reações do governo Geisel à radicalização das manifestações da oposição. Como salienta o autor, surpreendidos pelas manifestações de maio de 1977, os militares intensificaram o acompanhamento do chamado “problema estudantil”. Em suma, esses volumes da obra de Elio Gaspari tiveram como efeito a consolidação da abordagem que enfatizou o papel dos militares, especialmente no período de Geisel, como moderadores da transição política brasileira. Nesse aspecto, os livros serviram para enfatizar o protagonismo dos militares na condução da “Abertura”. Depois do sucesso editorial e dos prêmios dos primeiros livros sobre a ditadura militar, foi preciso esperar doze anos para que o jornalista Elio Gaspari publicasse, em 2016, o quinto volume da série. Na primeira parte do livro, intitulado *A Ditadura Acabada*, o autor retoma a narrativa sobre as articulações de Geisel e Golbery para garantir o controle sobre a sucessão presidencial, o ritmo da

abertura e as manifestações hostis da “tigrada”.<sup>5</sup>

O tom geral de *A Ditadura Acabada*, como nas obras anteriores, foi acentuar o protagonismo do projeto de “distensão” de Geisel. Tanto que, ao longo do livro, são utilizados vários sinônimos – “descompressão”, “distensão” e “abertura” – para demarcar o papel dos militares no controle do ritmo e da velocidade dos acontecimentos. Assim, para o autor, a aprovação da Lei da Anistia, o retorno dos exilados, o pluripartidarismo, as eleições de 1982 e, finalmente, a entrega do poder aos civis, em 1985, foram ações conduzidas de maneira “linear” e “cadenciada” pelos militares. Utilizando um termo recorrente do autor, Geisel e seus comandados souberam controlar a “calibragem” da transição política. Em outras palavras, o projeto de distensão de Geisel se transformou na abertura política executada pelo general Figueiredo. Mesmo enfatizando o caráter “militar” do projeto de abertura dos militares, o autor também reservou um capítulo da Parte I de *A Ditadura Acabada* para abordar a campanha pela anistia. Nesse capítulo, com o singelo título “A Anistia”, foram destacados alguns aspectos da campanha pela anistia, especialmente as atividades do MFPA e de Therezinha Zerbine sua fundadora. A preocupação com as atividades das CBA’s e a situação dos exilados políticos, que poderia arranhar a imagem do país no exterior, também foram analisados no trecho. Apesar disso, o movimento pela anistia foi apresentado como mais um “obstáculo” ao projeto de “Abertura” de Geisel. Em outras partes do livro, o autor apresentou os principais acontecimentos econômicos e políticos que marcaram o governo do general Figueiredo. São destacados, ainda, os acontecimentos que levaram à saída de Golbery no governo, em 1981. Os últimos momentos da ditadura, como a campanha pelas Diretas Já e a “construção de Tancredo” na disputa no colégio eleitoral, em 1985, são os temas que encerram o livro. Em suma, as obras de Elio Gaspari consolidaram uma narrativa que enfatizou o protagonismo dos militares no comando da transição democrática. Como salienta Napolitano (2014), na atualidade, as narrativas que destacam os militares, especialmente o ex-presidente Ernesto Geisel, como os grandes condutores da “abertura” são as mais aceitas, por exemplo, entre os setores liberais e da grande imprensa.

Apresentadas essas perspectivas sobre esse momento da ditadura militar, cabe agora uma interrogação: qual a opinião dos ex-militantes dos movimentos pela Anistia, dos ex-presos políticos, dos familiares de mortos e desaparecidos sobre essa temática?

A última batalha do general Geisel:

Em geral, nos últimos anos esses setores têm manifestado seu despreço aos caminhos que levaram à aprovação da Lei da Anistia de 1979, os limites em relação aos

---

5. Termo empregado pelo autor para denominar os integrantes dos órgãos de repressão política.

chamados crimes correlatos e, sobretudo, o caráter de autoanistia da lei, materializada no “perdão dos torturadores”. Esses são apenas alguns dos pontos controversos sobre esse episódio que marcou a transição política brasileira.

Esses embates colocam em campos opostos as memórias dos participantes da campanha pela Anistia e dos defensores do legado do Governo Geisel. Assim, essa disputa ocorre nos terrenos político e institucional. Entre esses momentos de disputa podemos citar: discussões para a aprovação da Lei n.º 9.140/95, chamada de Lei dos Mortos e Desaparecidos. Em 2010, o “campo de batalha” foi o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na ocasião foi debatido uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153, peça apresentada pela seção nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O objetivo da ação era contestar partes da Lei da Anistia. O saldo final foi sete (07) votos pelo arquivamento da ADPF 153. Ou seja, a maioria dos ministros resolveu endossar e ratificar os princípios da Lei nº 6.683/1979.

Outro capítulo desse embate aconteceu durante a cerimônia de entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Criada em 2012 a CNV, durante dois anos e sete meses, realizou centenas de entrevistas, coligiu milhões de documentos e realizou inúmeras audiências públicas para, finalmente, apresentar seu Relatório Final.

Realizada em 10 de dezembro de 2014, a cerimônia de entrega do Relatório Final contou com a participação de diversos ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, parlamentares e da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, fato que serviu para tornar o evento mais carregado de significados políticos. Esse momento representou o encerramento oficial dos trabalhos da CNV, criada pela Lei nº 12528/11.

O texto do Relatório Final da CNV é composto por 3 volumes divididos em 18 capítulos, e mais 09 textos temáticos que tratam de graves violações aos direitos humanos de trabalhadores, estudantes, meios militares, homossexuais, povos indígenas, igrejas cristãs e camponeses, entre outros.

Contudo, alguns setores da sociedade, em especial os militantes dos direitos humanos e os familiares de mortos e desaparecidos políticos, apresentaram alguns questionamentos sobre o conteúdo do documento. Para esses setores, em termos gerais, não ocorreram grandes “descobertas”, principalmente, no que diz respeito ao destino dos chamados desaparecidos políticos, ao número total de mortos durante a ditadura e, sobretudo, aos responsáveis pelas “graves violações dos direitos humanos”.<sup>6</sup>

---

6. Sobre algumas dessas críticas, ver: “Fundadora do Tortura Nunca Mais considera frustrante relatório da CNV”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560330-fundadora-do-torturanunca-mais-consi->

Recentemente, em 30 de julho de 2018, a discussão foi retomada depois da solicitação do Ministério Público Federal (MPF/SP) de reabrir a investigação sobre o assassinato de Vladimir Herzog. Essa medida foi tomada após a condenação do governo brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Esse fato trouxe à tona, novamente, as controvérsias sobre os limites da Lei da Anistia.

Em resposta, o jornal O Globo, através de um editorial intitulado “Nada justifica a revisão da Lei da Anistia”, apresentou os argumentos contrários a qualquer possibilidade de mudança da legislação. Datado de 02 de agosto, o texto afirmou que a anistia foi “...aprovada pelo Congresso, de forma livre, em 1979, embora ainda em um governo militar, de João Baptista Figueiredo...”.<sup>7</sup>

Na tentativa de justificar sua participação no golpe de 1964 e no apoio a ditadura, o editorial de O Globo atualizou os argumentos – defendidos por setores da imprensa liberal e de alguns ministros do STF, na ocasião do julgamento da ADPF 153/2010 – sobre esse momento da história recente. O primeiro é que a redemocratização brasileira “[...] envolveu amplos espectros da oposição e da sociedade em geral, o que concedeu à mudança do regime elevada dosagem de legitimidade”.

Noutro trecho do texto os editores reiteraram que a aprovação da Lei da Anistia teria “legitimidade” porque “...está lastreada em sólida institucionalidade”. O editorial encerra com uma reflexão sobre os riscos para a “estabilidade na democracia” de se “trazer de volta um passado já diferido pelas instituições”.<sup>8</sup>

Em suma, a Lei da Anistia representou um avanço na direção da “conciliação nacional”. Dessa forma, qualquer tentativa de revisão do texto causaria, segundo o editorial, fissuras na sociedade brasileira. Assim, no prisma de O Globo, o problemático seria tratar de temas ligados ao nosso passado, no caso em tela, da Ditadura Militar.

Na prática, esse temor sobre o “passado” evidencia os meandros do complexo quadro de disputas de narrativas sobre nossa história recente. Na opinião de Traverso (2007), no presente, podemos compreender as interpretações sobre a Lei da Anistia como um símbolo da ‘reconciliação’ e, sobretudo, Ernesto Geisel como o ‘moderador’ e ‘patrono’ da “Abertura” ocupam a posição de “memórias fortes”. Em síntese, na atualidade, existe uma disputa pela narrativa sobre a ditadura militar, no geral, e chamada Lei da Anistia, em particular.

Ainda segundo Traverso (2007), nos contextos marcadas por disputas políticas

---

dera-frustrante-relatorio-da-cnv.shtml>.

7. Leia mais: <https://oglobo.globo.com/opiniaõ/nada-justifica-revisao-da-lei-da-anistia22940394#ixzz-5NiKfTq1,02/08/2018>.

8. Leia mais: <https://oglobo.globo.com/opiniaõ/nada-justifica-revisao-da-lei-da-anistia22940394#ixzz-5NiKfTq1,02/08/2018>.

sobre eventos traumáticos do passado, as chamadas “memórias fortes” são mais visíveis e reconhecidas, inclusive, de forma institucional. Como no caso do Brasil, como citados, onde o Congresso Nacional aprovou, em 1979, e o STF legitimou, em 2010, os termos da Lei da Anistia. Fornecendo assim “legitimidade” – institucional e jurídica – para as teses que defendem o “legado democrático” de Ernesto Geisel.

Em contrapartida, nas últimas décadas os movimentos pela Anistia, sobretudo, o MFPA sofreram um processo de invisibilidade política. Suas ações, entidades e dirigentes foram apartadas, sobretudo na imprensa, das narrativas sobre a transição democrática brasileira. Dessa forma, sob esses seguimentos existiria uma “memória débil”.

No mesmo sentido, Reis Filho (2004) afirmou que, inicialmente, os militares brasileiros, apesar de terem ganho a batalha das armas, acabaram derrotados nas “batalhas da memória”. Momentaneamente, como indicamos, essa situação não se aplica as narrativas sobre a campanha pela Anistia. Por fim, podemos afirmar que no atual contexto memorial, o general Ernesto Geisel ganhou sua última batalha. Contudo, no campo da memória essas vitórias são transitórias.

## REFERÊNCIAS

- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (intr. e org.). A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- GASPARI, Elio, A Ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_, Elio, A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_, Elio, A Ditadura Derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_, Elio, A Ditadura Encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_, Elio, A Ditadura Acabada. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2016.
- KINZO, Maria D'alva G. Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice; Editora dos Tribunais, 1988.
- NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- TRAVERSO, Enzo. El pasado. Instrucciones de uso. Historia, memoria, política. Marcial Pons: Madrid, 2007.